



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

| |
|---------------|
| C.M.R.P. |
| Res. 29/17/17 |
| Fl. 44 |
| Emb. Rach |

ATA CEE DOS CONSELHOS

Aos oito dias do mês de agosto de 2017, às 9:14hs, na Sala de Comissões da Câmara Municipal, reuniu-se a Comissão Especial de Estudos, constituída para atualizar a legislação referente aos Conselhos Municipais, nos termos da Resolução nº 29/2017. Na presença do Vereador João Batista, a Presidente da CEE iniciou cumprimentando todos os presentes, explicou que esta reunião destina-se a proceder a oitiva do Conselho Municipal da Saúde e do COMAD, que esta reunião está sendo transmitida pela Tv Câmara, gostaria que todos participassem. Passou a palavra ao Ver João Batista que cumprimentou todos os presentes, manifestou ser uma alegria dar continuidade aos trabalhos da Comissão, que o assunto é muito importante para a cidade e os cidadãos de Ribeirão Preto. A presidente chamou o representante do Conselho Municipal da Saúde para que pudesse participar e falar pelo conselho. Sr. Vanildo cumprimentou todos os presentes, agradeceu o convite e a oportunidade de falar acerca dos trabalhos do conselho, que há várias leis que englobam a questão da saúde, a maior dificuldade é com relação a questão administrativa do conselho, que no início de 2016, quando houve a eleição do conselho municipal tiveram discussões jurídicas e políticas acerca da disputa eleitoral, o presidente da época não foi reeleito, a OAB entrou na justiça devido a disputa eleitoral no conselho que houve uma liminar e julgado ao final pela participação da OAB no conselho. Dona Diva, conselheira presente, afirmou que fez parte da comissão eleitoral, que também houve denúncias de alguns segmentos como associações de bairro que não estavam de acordo com as normas e ou estavam com a documentação desatualizada, o conselho local de saúde de Bonfim Paulista e algumas associações de bairro não puderam continuar no conselho por constarem irregularidades, afirmou que estão preocupados com a paridade de 50% de usuários e 50% dos trabalhadores, gestores e prestadores de serviços; informou que o edital estava com o secretário para ser republicado, que assim, precisam seguir com as normas do conselho de saúde, acrescentando a importante função que tem para a cidade, deve ser ativo e estar funcionando em plenitude, que precisam de uma secretária para poder ajudar na administração, que estão sem um funcionário para auxiliar, na próxima reunião tal situação está em pauta; informou que o regimento interno ainda não foi concluído, está em fase de análise pela Prefeitura. Ver. Gláucia agradeceu a presença dos assessores que representam os Ver Maurício da Vila Abranches, Maurício Gasparini e Boni. Indagou se acredita que a Lei Municipal é omissa? há necessidade de melhora/adequação? Disse que participa dos Conselhos municipais da saúde e do meio ambiente, que muitas vezes, por mais que possam analisar a questão legal, há leis que precisam de adequação, principalmente com relação a participação da sociedade, além de associações de bairro, faculdades, é preciso garantir a participação dos conselhos locais de saúde no município, que são 5 cadeiras, que há uma dificuldade muito grande de participação dos membros, percebem que a UBDS da Vila Tibério funciona bem, local onde o conselho é atuante, assim é importante que os Conselhos locais participem efetivamente. A Vereadora Gláucia lembrou do caso da reinauguração do posto da Vila Tibério, que o Conselho local exigiu que fosse feito de maneira correta, que o conselho local atuou e não deixou entregar no estado em que a obra se encontrava e assim atenderam a demanda e foi finalizada. Que essa é a atuação que esperam de todos os conselheiros, que tem legitimidade para acompanhar a execução dos serviços prestados, que perceberam que houve alteração na lei em 2012, na composição do conselho, se avaliam se tem alguma necessidade a mais, que tem algumas sugestões, se o conselho tem algumas outras questões além da estrutura, do pessoal de apoio, do local onde se reúnem, para dar o feedback aos usuários, respondeu que hoje no conselho, de acordo com a lei e o regimento interno há uma secretaria executiva que faz os encaminhamentos das deliberações do conselho, e tem a secretária do conselho que seria a Sra. Virgínia, mas que devido a



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

C.M.R.P.
Rec. 29/12/45
Fl.
Rub. Recb

discussões políticas foi retirada do conselho faz cerca de 15 dias; Dona Diva conselheira afirmou que desde que fizeram a eleição, tiveram este problema com a Sra. Adriana que começou a apresentar problemas com Virgínia, e tiraram Virgínia do Conselho, que o servidor Rodrigo está afastado, e assim não tem ninguém, os emails não estão sendo retransmitidos, que a mesma estava na comissão eleitoral, tiveram problemas de diversas ordens e assim, renunciou como membro da comissão eleitoral, e está faltando 9 usuários no Conselho, que o conselho não está paritário hoje; que há um ano pediu para refazer o regimento dos conselhos, é preciso atualização; informou que nas reuniões não está havendo quórum; Há problemas com a documentação do Conselho, que precisam de ajuda. A Presidente afirmou que há questões que estão em desacordo com o conselho nacional de saúde, que no artigo 55 da Lei 1.292 fala que as deliberações consubstanciadas em resoluções serão homologadas pelo Secretário Municipal da Saúde, publicadas no DOM no prazo de 30 dias após a aprovação, caso o Secretário não homologue a resolução, deverá devolver ao Plenário em 30 dias com justificativa, sendo que o Conselho Nacional estabelece que quem deve homologar é o Prefeito e não o Secretário da Saúde; outra questão é que no regimento interno prevê que após a análise das justificativas da não homologação por falta de fundamentação ou inadequação, o conselho municipal de saúde deverá derrubá-lo pela maioria qualificada dos titulares, cabendo ao conselho a publicação no prazo de 15 dias, que segundo consta, no Conselho nacional esta decisão caberá a Justiça, que é uma alteração que querem levar a apreciação do conselho, que são prerrogativas que o conselho tem e que abriram mão, que sabem da cooptação que há nos conselhos, que há interesses diversos sendo defendidos dentro do conselho. Vanildo afirmou que é preciso tornar público e fazer valer as decisões do conselho e sabe que a decisão do conselho sendo publicada esta tem o poder jurídico e força legal, que não tem acontecido isso dentro do conselho de encaminhar ao Prefeito ou Secretário para publicação devido até a efetiva participação do conselho de cobrar isso, que existia grande participação dos conselheiros anteriormente, acredita que precisam retomar o conselho efetivamente com a participação dos conselheiros, que precisam da eleição dos conselheiros, que representa uma esperança de melhorar a participação efetiva dentro do conselho. A Presidente afirmou que o conselho nacional de saúde estabelece o prazo de 10 dias para encaminhamento da pauta e documentos que subsidiam as reuniões do conselho e a lei municipal estabelece 2 dias, que seria interessante fazer esta alteração para garantir tempo suficiente aos conselheiros para estudar e discutir as questões. O Presidente do Conselho afirmou que tem dificuldades para a discussão da pauta, que não está havendo quórum, que hoje a maioria das pautas são encaminhadas por e-mail para os conselheiros, e muitas vezes precisam encaminhar documentos anexos com grande volume de folhas, os conselheiros precisam analisar, e muitos tem dificuldades de imprimir, que anteriormente era encaminhado em envelopes, que possibilitava a análise em tempo hábil; Acrescentou que tem dificuldades de publicação das atas de reuniões no site, o que compromete o andamento dos trabalhos dentro do Conselho. Joab conselheiro cumprimentou os presentes agradeceu o convite, afirmou que se já tem um estudo acerca dos conselhos feito pelo Sr Renato Asséf, assessor da Ver Gláucia, que gostariam muito que o mesmo fosse a uma reunião do Conselho e fale/oriente acerca das necessárias modificações no regimento do conselho municipal, em consonância ao disposto pelo Conselho Nacional, acrescentou ainda que é preciso aumentar a representatividade no conselho, os estudantes da saúde tem manifestado vontade de participar e segundo sua opinião, é importante que as futuras gerações participem, que quanto maior a representatividade melhor para a sociedade. É importante a realização do Controle Social, das 10 cadeiras (5 titulares e 5 suplentes), estão sem a paridade, faltam 8 representantes dos usuários, que assim, é importante melhorar. Dona Diva afirmou que acerca das cadeiras do estudante, que estão lutando por cadeiras, quando for fazer o regimento dos conselhos locais é preciso começar a inserir tais representatividades, que é preciso trabalhar com as diferenças na base,



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

| |
|---------------|
| C.M.R.P |
| Res. 29/12/46 |
| Fl. |
| Sub. Rach |

nos conselhos locais. A Presidente chamou o Sr Nilton de Carvalho do COMAD para proceder sua oitiva, que iniciou cumprimentando os presentes, informou que representa a pastoral da sobriedade no Conselho de Alcool e drogas, que verifica que os problemas são generalizados, que também tem problemas com a frequência de conselheiros, que é preciso flexibilizar a forma como se colocam os conselheiros, acredita que a Lei engessa neste ponto, pessoas que querem participar não podem e aquelas que deveriam não querem, que muitos não tem interesse nenhum em participar e ficam presos com as entidades; assim, é preciso flexibilizar, permitindo a participação de quem queira fazer algo pela cidade. Respondeu que em sua avaliação a não participação é mais do poder público, que também acontece na sociedade civil, mas que é mais no poder público. A Presidente afirmou que a cultura é que o Poder público escolha uma mesma pessoa para acompanhar todos os conselhos, o que não há possibilidade de acompanhar os trabalhos de todos de maneira efetiva; A Presidente indagou que o Conselho tem sede na Rua Flávio Uchoa, o que o poder público tem por obrigação oferecer, estrutura física e operacional? Como a situação se manifesta no COMAD? Afirmou que foram para a reunião no local com muita satisfação, diante da notícia de entrega da sede com estrutura, mas em se deparando com a situação, verificaram que a realidade é diferente da que foi dita; foi informado que o espaço passou por uma reforma para atender os conselhos, inclusive com uma sala de reuniões, que infelizmente isso não aconteceu, que é um corredor de uma cozinha improvisado, com a parte elétrica em curto e apenas uma lâmpada funcionando, a reunião aconteceu no escuro, que o ar condicionado não tem condições de funcionar, que o único profissional no local para auxiliar é Caio, muito prestativo, mas que não tem muito o que fazer, que não há estrutura nenhuma, as cadeiras estão quebradas, que a forma como os conselhos e conselheiros são tratados no local é muito ruim, a casa civil quem colocou o COMAD no local, que é uma grande falta de respeito pelas pessoas que querem trabalhar pelos conselhos, que não tem uma pessoa que trabalhe com os projetos, atas e documentações, que dependem dos conselheiros para fazer algo; neste local estão mais 4 conselhos, que não tem uma sala para o COMAD, que há uma sala para documentação, improvisada, somente tem uma mesa e a documentação de todos os conselhos estão em cima de uma mesa em uma pasta, vários documentos dos conselhos desapareceram o que aconteceu com outros conselhos também. Ver. Gláucia afirmou que o COMAD faz a habilitação das unidades terapêuticas, o depoente afirmou que não tem verba alguma para fazer a análise das comunidades terapêuticas, a Presidente afirmou que todo ano faz uma emenda parlamentar para o COMAD, mas infelizmente é vetada; A Presidência juntamente com o Ver. João Batista afirmou que vão proceder uma visita no local e cobrar do executivo; que o conselho também tem a questão da substituição do CREMESP que disse que não ter interesse em participar, o depoente afirmou que em caso de vacância o conselho pode deliberar pela substituição da vaga no conselho, que assim estão analisando como fazer esta substituição; a Ver afirmou que há necessidade de modificar a lei, que inclusive o conselho da assistência social já manifestou interesse em participar do Conselho, o depoente afirmou que são apenas consultivo, mas que acredita que deveria também ser deliberativo e fiscalizatório, embora tenha um fundo, também tem a questão da verba, que é preciso ter a definição correta de qual a atribuição do Conselho. Joab afirmou que quando se pensa na educação pensam também em questões transversais, como o Conselho Municipal de Saúde em breve estará no Lar Santana seria viável levar para o local os Conselhos que tratam de assuntos afins, porque tratam de temas em comum, o mesmo afirmou que seria ótimo até pela força que teriam os trabalhos dos conselhos, a Ver afirmou que a comissão também fará esta proposta ao conselho municipal de saúde. Indagado, o depoente afirmou que como proposta também seria interessante constar o Conselho na elaboração das peças orçamentárias, se as verbas existem, o conselho deve deliberar e fiscalizar, deve também decidir a destinação da mesma, que poderiam com isso agir de acordo com as deliberações dos conselhos. O Presidente do conselho da



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

saúde afirmou que como participa do CONDEMA, lá também há dificuldades que o presidente do conselho é indicado pelo Prefeito, e as vezes tem dificuldades de participar, que sabem que o Sec do Meio Ambiente tem suas obrigações como Secretário, há projetos importantes debatidos no âmbito do conselho municipal do meio ambiente; A Presidente afirmou que também pretendem ouvir o CONDEMA. Joab afirmou que a lei é bastante importante, pode-se aprimorá-la, mas que o problema maior não é nem de legislação, mas estrutural e os conselheiros não participam com apropriação de suas funções, que não adianta ter uma legislação ótima e não ter estrutura, assim pede que a comissão especial de estudos também se atenha a questão da estrutura, que muitos dos conselhos tratam de questões transversais. A Presidente afirmou que já ouviram diversos conselhos e a maioria se queixa da questão estrutural, a Comissão também constatou a necessidade de capacitação dos conselheiros para que saibam suas funções e que devem atuar pelo coletivo; Renato Asséf afirmou que com relação a estrutura, tangencia a legislação até por envolver a questão de que está na lei e com isto poder cobrar os agentes, que pela leitura da Lei do conselho nacional, o conselho municipal de saúde deve contar com um departamento para o conselho, uma estrutura que garanta seu funcionamento, que o conselho precisa pressionar para que tenha uma estrutura adequada, e deve ter uma estrutura técnica, o conselho de saúde tem uma legislação bem amarrada neste assunto, e assim, precisam verificar como encaixam isso na lei e cobrar o poder público. A Presidente afirmou que os conselhos podem requisitar a assessoria jurídica da Prefeitura, bem assim, fazer parcerias com as universidades. Que os conselheiros não precisam ser técnicos, mas que muitas vezes precisam de uma equipe técnica, que o conselho da criança e adolescente tem uma equipe que trabalha na sede do conselho, e no conselho do idoso também, que como tem a questão financeira, acaba disponibilizando mais servidores. Joab afirmou que quando fala da ampliação das cadeiras que hoje são 32 e iria para 36, que é importante que novos segmentos participem, que é preciso incluir segmentos que tem representatividade social e não tem cadeiras, que isto fortalece o conselho. Ver João Batista afirmou que percebeu que as dificuldades dos conselhos são muito semelhantes, a questão da estrutura física e operacional passa pela maioria dos conselhos. Que os conselhos trabalham com questões correlatas e a cidade está vivendo uma série de deficiências, acredita que a Comissão está desenvolvendo um importante trabalho para que a cidade funcione melhor. Após proceder considerações finais, nada mais havendo nem interessados em se manifestar, a presidente declarou encerrados os trabalhos às 10:34hs, da qual para constar, eu Patrícia Midori Kimura, servidora designada para este ato, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada pela Presidente da CEE.


Gláucia Berenice

Vereadora-Presidente da CEE

